



ADVOCACIA *PRO BONO* NO BRASIL E NO MUNDO: PRÁTICAS, INCENTIVOS E PERSPECTIVAS



OBJETIVO

O Programa de Pós Graduação Lato Sensu da DIREITO GV (GVlaw), em parceria com *New Perimeter*, *PILNet – Public Interest Law* e Instituto *Pro Bono*, pretende colocar em pauta as possibilidades, incentivos e questões éticas envolvidas na realização da advocacia pro bono, bem como os diversos modelos e práticas vigentes ao redor do mundo.

O momento não poderia ser mais oportuno. Após a audiência pública sobre as restrições à prática da advocacia *pro bono* no Brasil e a forte adesão da sociedade civil ao debate, a Ordem dos Advogados do Brasil resolveu suspender as limitações existentes em algumas seccionais, montando uma comissão encarregada de propor uma regulação sobre a realização da prática em nível federal.

Assim, **o objetivo principal do curso é buscar uma melhor compreensão do que é advocacia *pro bono*, porque fazer e, principalmente, como fazer *pro bono* no Brasil.** Espera-se que esse encontro de graduandos, bacharéis com os atores relevantes – ONGs, empresas, Defensoria Pública, OAB, entre outros – possa fomentar o debate e contribuir efetivamente para o avanço das iniciativas voltadas para ampliação do acesso à justiça no Brasil.

PÚBLICO-ALVO E PROCESSO SELETIVO

O curso será gratuito e destinado a alunos de graduação e bacharéis em Direito. Conhecimentos em inglês são desejáveis.

A seleção de candidatos será realizada mediante análise dos seus currículos (profissional/acadêmico) e de uma carta de intenção de até duas laudas, letra tamanho 12, espaçamento 1.5, na qual o interessado deverá explicar sua motivação para participação do curso. É necessário que o candidato informe seu nível de inglês no currículo (básico, intermediário ou avançado).

Toda a documentação deverá ser encaminhada via e-mail para comunicacaogvlaw@fgv.br até 20 de fevereiro de 2014. Dúvidas sobre o processo seletivo também podem ser encaminhadas para esse e-mail.

O processo seletivo será realizado no período entre 05/01/2014 a 20/02/2014. Os resultados serão divulgados no dia 03/03/2014 e as aulas terão início no dia 24/03/2014.

INFORMAÇÕES

Carga horária: 20 horas-aula

Datas das aulas: 24 a 28 de março de 2014

Dia da semana: segundas à sexta-feira

Horário: das 8h00 ao 12h00

Local: DIREITO GV – Rua Rocha, nº 220

Investimento financeiro: gratuito

PROGRAMA

- Por que estudar *pro bono* agora? O atual cenário da advocacia voluntária no Brasil;
- Advocacia de interesse público e *pro bono*;
- Acesso à justiça e assistência jurídica enquanto direitos constitucionais;
- Ética profissional e *pro bono*;
- Responsabilidade social empresarial: a advocacia *pro bono* na perspectiva das empresas;
- Experiências existentes no Brasil e ao redor do mundo;
- Possíveis áreas de atuação;
- O futuro do *pro bono* no Brasil.

PROFESSORES E PALESTRANTES

Catarina Helena Cortada Barbieri

Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (2003). É mestre (2008) e doutora (2012) em Direito pela mesma universidade (área de Filosofia e Teoria Geral do Direito) e Fox International Fellow (2010-2011) na Universidade de Yale. Foi consultora do PNUD no projeto "Pensando o Direito" da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (10/2008 - 03/2009) e chefe de gabinete da mesma Secretaria (08/2009 - 03/2010). Atualmente, é coordenadora acadêmica do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da DIREITO GV.

Flávia Scabin

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2004). É mestre e doutoranda em Ciência Política na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP e professora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas - SP, DIREITO GV.

Edwin Rekosh

Bacharel pela Cornell University e pela Columbia Law School. Diretor executivo e fundador do PILNet – Public Interest Law Network, organização criada em 1997 como um programa da Columbia Law School. A inspiração para criação do programa veio de sua experiência em trabalhos junto a grupos de direitos humanos na Romênia e na Europa Central e no leste europeu nos anos 90. Leciona Human Rights e Law and Development na Columbia Law School. Foi visiting professor na Central European University e consultor da Ford Foundation. Trabalhou no International Human Rights Law Group (agora Global Rights), no Coudert Brothers e ajudou a fundar o Human Rights Watch Film Festival. Ganhador do prêmio International Human Rights Award, da American Bar Association, em 2009.

Elizabeth Dewey

Sócia do escritório Americano DLA Piper que coordena a área de *pro bono* em todas as filiais do escritório, identificando oportunidades de atuação e assegurando que todas as filiais do escritório tenham atuação *pro bono*. Coordena também as parcerias realizadas entre o DLA Piper, seus clientes corporativos e entidades de assistência jurídica. Também atua como Diretora da ONG *New Perimeter*, afiliada sem fins lucrativos do DLA Piper que objetiva a difusão do *pro bono* em diversos países. Mais informações em http://www.dlapiper.com/elizabeth_dewey/.

Eloísa Machado de Almeida

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e formação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). É mestra pela PUC/SP no tema de política constitucional e doutoranda em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da

USP. Foi coordenadora de litigância estratégica do Ilanud (2001 a 2003) e da Conectas Direitos Humanos de 2003 a 2009. É conselheira do Instituto *Pro Bono*, advogada e coordenadora do curso Litígio Estratégico de Interesse Público do Programa de Pós Graduação da Direito GV. É consultora em direitos humanos em projetos da ONU e MERCOSUL.

Evorah Cardoso

Graduou-se em Direito pela USP, onde obteve os graus de Mestre e Doutora pelo Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. É pesquisadora do Núcleo Direito e Democracia do CEBRAP e da Conectas Direitos Humanos. Em seus trabalhos, com ênfase em sociologia jurídica, atuou principalmente nos seguintes temas: mobilização social jurídica, advocacia de interesse público no Brasil, litígio estratégico em cortes constitucionais na América Latina e no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, controle social e participação no Supremo Tribunal Federal, judicialização da política e política externa como política pública.

Marcos Roberto Fuchs

Diretor adjunto da Conectas Direitos Humanos e diretor executivo do Instituto Pro Bono. Foi um dos líderes na introdução da cultura pro bono no Brasil e atualmente fomenta este ideal em seu país e em outros da América do Sul. Participou das discussões sobre a resolução Pro Bono aprovada pela OAB/SP em agosto de 2002. Proferiu inúmeras palestras em Universidades e em Associações de Advogados. Organizou o III Seminário Internacional de advocacia Pro Bono. Foi autor de diversos artigos e do caderno expandindo acesso à Justiça, publicado pelo Centro de Vítimas de Tortura da New Tactics in Human Rights. É vice-presidente do Conselho da Comunidade de São Paulo e integra também o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPC) do Ministério da Justiça.

Maria Cecília Asperti

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (2008). Mestranda (2014) em Direito pela mesma Universidade (área de Direito Processual Civil) e Fox International Fellow (2011-2012) na Universidade de Yale. Advogada orientadora do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP, que presta assistência jurídica para a população carente de São Paulo. Trabalha na coordenação acadêmica do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da DIREITO GV.

Oscar Vilhena Vieira

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988), Mestrado em Direito pela Universidade de Columbia (1995), Mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1991), Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1998) e Pós-doutorado pelo *Centre for Brazilian Studies* (St. Antonies College, Oxford University). É diretor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO GV). Sua experiência profissional abrange as seguintes áreas: Direito Constitucional Teoria da Constituição, Direito e Desenvolvimento, Direitos Humanos, bem como tem se dedicado as questões relacionadas ao Estado de Direito.

Rubens Glezer

Doutorando em Teoria Geral e Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO GV), com auxílio da bolsa Mario Henrique Simonsen de Ensino e Pesquisa. *Visiting Student* na *New York University Law School*. Graduado em Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).